

Resenha | Sérgio França Danese

Crítica da ordem injusta

A reflexão sobre as relações internacionais no Brasil acaba de ser sensivelmente enriquecida com a publicação, pela Fundação Alexandre de Gusmão, de *A ordem injusta*, a esplêndida tese de Curso de Altos Estudos (Instituto Rio Branco) de Alexandre Parola, um dos grandes valores do pensamento diplomático brasileiro contemporâneo e certamente um dos diplomatas com mais sólida formação filosófica hoje no serviço exterior brasileiro.

Originalmente intitulada *Crítica da ordem injusta*, de flagrante e compreensível inspiração kantiana como é natural em um autor com a formação de Parola, a obra tem um imenso valor descritivo e analítico nos estudos sobre as relações internacionais em geral e sobre a diplomacia brasileira pós-1985. Elegantemente escrito, *A Ordem Injusta* desenvolve a crítica da ordem injusta como um conceito a definir

Sérgio França Danese é autor de Diplomacia presidencial (história e relações internacionais, Topbooks) e A sombra do meio-dia (romance, Topbooks), diplomata de carreira desde 1980 e atualmente Embaixador do Brasil na Argélia. As opiniões aqui emitidas são pessoais.

A ordem injusta

De Alexandre Parola

Prefácio de Georges Lamazière

Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007

506 páginas.

não apenas uma parte importante do pensamento nas relações internacionais, mas também da *praxis* diplomática de inúmeros Estados, tomando o Brasil como exemplo e caso de estudo. A obra alia o conhecimento profundo e o manejo crítico de importante instrumental teórico internacional no campo da filosofia política e da teoria das relações internacionais a uma análise reflexiva e valorativa da prática e do discurso diplomáticos do Brasil contemporâneo, com ênfase na atualidade da nossa política externa, que o autor define com uma fórmula inteligente e que tenderá a permanecer – o “pragmatismo democrático”.

Trata-se de texto denso, de grande complexidade conceitual e analítica e que só poderia ter sido escrito por alguém com uma sólida formação filosófica e uma extraordinária capacida-

de de manejar instrumentais de análise abstratos, sem contudo perder de vista a matéria-prima da diplomacia, que são as relações de poder, a concretude das relações internacionais, a memória histórica, as circunstâncias interna e externa do seu país e o seu projeto nacional e diplomático.

De fato, o autor demonstra ter sólido conhecimento da filosofia política e da teoria das relações internacionais, movendo-se com familiaridade surpreendente – mais que isso, com verdadeira autoridade – dos clássicos como Tucídides, Hobbes e Kant aos contemporâneos como Rawls e Habermas. Mas mostra também conhecimento amplo da política externa brasileira, que analisa de forma competente e motivada, preferindo uma abordagem densamente teórica – e portanto extraordinariamente mais complexa – à opção, que seria também possível, mas certamente mais fácil, de uma abordagem descritiva sobre a história e a prática contemporânea da política externa brasileira (e mesmo das relações internacionais em geral) referidas à reforma das estruturas mundiais de poder.

O autor proporciona, assim, com base em um instrumental que domina com naturalidade, uma interpretação original do discurso e da prática diplo-

mática brasileira contemporânea no que se refere à sua crítica à macroestrutura internacional e aos seus apelos e iniciativas em favor de alterações nessa macroestrutura, em particular em relação à esferas axiológica ou dos valores, com a questão dos direitos humanos e do desenvolvimento social: à esfera econômica, com a questão do desenvolvimento no âmbito da OMC e em particular no quadro da atuação do G-20; e à esfera de segurança, com a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, áreas de atuação que escolhe por sua exemplaridade intrínseca e por mostrarem o útil corolário que se extrai da práxis brasileira da crítica da ordem injusta:

A ordem injusta desenvolve a crítica da ordem injusta como um conceito a definir não apenas uma parte importante do pensamento nas relações internacionais, mas também na *praxis* diplomática brasileira.

a valorização da democracia no plano internacional como corolário natural da democracia no plano interno e portanto do multilateralismo como elemento promotor da ordem e da justiça nas relações internacionais.

A originalidade da obra está em buscar mostrar como a filosofia política e a teoria das relações internacionais – campos fundamentais em que a formação do especialista brasileiro em relações internacionais exige conhecimentos ao menos básicos, ao lado dos conhecimentos indispensáveis sobre a história das relações internacionais – oferecem elementos para, primeiro, discutir de forma abstrata, mas eficaz, a questão da ordem internacional vista sob o prisma dos valores e da justiça – objeto último dessa “crítica da ordem injusta” que o autor competentemente realiza – e, segundo, reforçar essa crítica, legitimando-a também com o fundamento da filosofia política, e não apenas em termos genéricos ou abstratos, mas na sua concretização, de que é exemplar a diplomacia brasileira.

O discurso e a práxis diplomáticos

brasileiros mais recentes – a partir da redemocratização de 1985 – são assim examinados, de forma geral, mas com ênfase nas três linhas de atuação citadas acima, como pertencentes a uma escola de *policy* que se afilia a uma rica e generosa tradição do pensamento político ocidental de corte humanista e pode por ele ser não apenas teorizada, mas explicada e sobretudo valorizada e intelectualmente legitimada. Essa valorização filosófica e política é útil e oportuna em um mundo em que o realismo e as concepções da macroestrutura internacional à base de puras relações de poder, de interesses concretos imediatos e de grande cinismo oportunista tendem a descartar *ab*

initio, e sem qualquer atitude crítica, as abordagens reformistas, o reivindicacionismo e o ativismo de um país como o Brasil, que ficaria assim relegado a um papel passivo nas relações internacionais.

Na longa argumentação teórica que precede a análise propriamente da crítica brasileira da ordem injusta, são particularmente relevantes para o ponto de vista da diplomacia brasileira as análises que o autor desenvolve, com base na sua exposição problematizada dos pensadores que fazem a crítica do olhar realista, sobre, primeiro, a questão do futuro do papel do Estado Nacional e sobre a possibilidade, primeiro filosófica e depois política, de uma ordem internacional pós-estatal, com ou sem a preservação de margens diferenciadas de atuação para o Estado; e, segundo, sobre a questão da definição filosófica (o que é) e política (como alcançar) da justiça nas relações internacionais.

A obra é muito feliz ao construir um arcabouço teórico para a compreensão da possibilidade filosófica de um discurso de crítica à ordem injusta

em que o Estado guarda a sua importância central. Esse arcabouço teórico permite ao autor, valendo-se de pensadores que refletem cuidadosamente sobre as relações internacionais levando em conta o indivíduo, as relações sociais e a estruturação interna dos Estados-nação democráticos, chegar à idéia-força fundamental do seu trabalho: que “[a] liberdade e a igualdade que se reconhecem como indispensáveis na construção de ordens políticas domésticas justas têm tradução para o cenário internacional: seus nomes são autonomia, na prerrogativa inviolável de cada sociedade construir livremente seu futuro, e soberania, no reconhecimento da igualdade fundamental de todos os Estados”. E conclui, projetando esse arcabouço teórico para a análise da prática diplomática – discurso e ação – brasileira: “Uma ordem internacional mais justa será uma ordem que assegure e amplie os espaços dessa igualdade e dessa liberdade. A crítica da ordem injusta articulada pela diplomacia brasileira pode ser entendida como uma resposta a esse desafio.” (p. 362).

A obra é oportuna também ao chamar a atenção para um dilema crucial que subjaz ao ativismo reformista de um país como o Brasil: a tentação de reagir à injustiça da ordem apenas por meio da diminuição do diferencial de poder em relação aos países beneficiários dessa ordem, não buscando alterar a ordem, mas apenas a sua posição relativa dentro dela e assim contribuindo apenas para um congelamento da estrutura do poder mundial, para retomar uma expressão cara ao discurso brasileiro de crítica da ordem injusta. A conclusão pela possibilidade, legitimidade e eficácia de uma atuação brasileira pautada pelo “pragmatismo democrático” é correta e de grande valor analítico e conceitual para a diplomacia brasileira.

O texto é instigante e sua análise da crítica da ordem injusta na política externa brasileira desde a redemocratização de 1985 evoca ainda no leitor não apenas questões e aspectos ligados à própria teoria das relações internacio-

nais e à filosofia política, mas também à história diplomática internacional e brasileira, férteis, ambas, de exemplos de proposições discursivas ou de iniciativas concretas que têm relação com a crítica da ordem injusta, seja ela uma crítica geral ou circunscrita a algum aspecto específico. O texto lança uma luz nova e organizadora a política externa brasileira, de que são exemplos marcantes episódios ou etapas da

A obra é muito feliz ao construir um arcabouço teórico para a compreensão da possibilidade filosófica de um discurso de crítica à ordem injusta em que o Estado guarda a sua importância central.

nossa trajetória reivindicacionista ou revisionista que vai da insurgência contra os Tratados desiguais com a Grã-Bretanha até os apelos e proposições da Política Externa Independente por um mundo reformado, passando pela nossa defesa do princípio da igualdade soberana dos Estados na Conferência da Haia de 1907, a cessão do condomínio da Lagoa Mirim ao Uruguai por Rio Branco, a nossa conturbada retirada da Liga das Nações em 1926, o nosso esforço por obter um assento permanente no CSNU em 1945 ou a nossa Operação Pan-Americana, para ficar em exemplos históricos mais distantes do período atual, que interessa mais de perto ao autor. No caso da História geral das relações internacionais, a obra permite enriquecer a análise de temas como a campanha antiescravagista da Anti Slavery Society britânica, o idealismo wilsoniano, a crítica impiedosa feita à ordem estabelecida por Versalhes em 1919 por um Keynes (*The economic consequences of the peace*) ou um Harold Nicolson (*Peacemaking 1919*), o progresso concreto duramente obtido na área internacional de direitos humanos ou ainda os movimentos civis, muitas vezes apoiados por parte do *establishment* de países desenvolvidos, que se opuseram à Guerra do Vietnã e a outras manifestações do intervencionismo americano, euro-

peu ocidental ou soviético em terceiros países, para citar apenas alguns exemplos. São todos temas cuja análise muito se beneficiaria de uma abordagem filosófica como a que propõe o autor ao examinar a questão da *crítica da ordem injusta* na teoria das relações internacionais em geral ou na política externa contemporânea do Brasil em particular.

O autor parte da análise teórica

do realismo, que exemplifica com a Doutrina Bush, e em seguida procede à análise crítica do realismo a partir da perspectiva dos valores e da possibilidade do conceito de justiça aplicado às relações entre as sociedades e os Estados, com base em diversos expoentes do pensamento sobre as relações internacionais. Não deixa, contudo, de ser crítico em relação aos autores que escolheu para desenvolver a sua abordagem. Exemplo dessa atitude independente e assertiva do autor sobre os seus referenciais preferidos é a crítica que faz a Habermas quando este considera como fatal e desejável a obsolescência do Estado nacional e “as formas de identidade coletiva democrática que historicamente se abrigaram e floresceram sob a sua égide”. A conclusão crítica do autor sobre a abordagem habermasiana é muito feliz, pertinente e atual: “Ao decretar o fim do Estado-nação, Habermas se aproxima perigosamente de armadilha retórica – armadilha hegeliana – semelhante à que levou à decretação do fim da história. Nem um nem outro. Ambos vivem. E na história e nas comunidades nacionais os homens constroem seus caminhos em busca de emancipação e de justiça.” (p. 356).

O capítulo III é de grande valor analítico e apresenta um quadro sucinto, mas essencial, da política externa brasileira desde 1985 vista sob

o ângulo da sua crítica da ordem injusta. O capítulo, que se inicia ainda com uma importante discussão teórica, mais aplicada ao caso concreto do Brasil, sobre a possibilidade de uma potência média ter uma atuação não-realista, evolui rapidamente para constituir o que certamente é uma das melhores sinopses analíticas da política externa brasileira democrática, pintando um quadro concentrado, preciso e inteligente das diferentes etapas de evolução da crítica brasileira da ordem injusta sob os Governos que se sucedem, em um processo contínuo de construção, consolidação e aperfeiçoamento de um discurso e de uma prática diplomáticas que foram forjando parte importante da atual personalidade internacional do Brasil.

A obra ajuda a forjar, assim, dois vastos conceitos-síntese, de grande pertinência e eficácia para analisar, valorizar e entender parte importante da nossa política externa e das relações internacionais como um todo – a “crítica da ordem injusta”, que identifica a um tempo uma densa escola de pensamento e uma linha de práxis nas relações internacionais, e o “pragmatismo democrático”, que sintetiza a política externa brasileira contemporânea como uma das manifestações da crítica da ordem injusta. E, se alguma dúvida pudesse pairar sobre o interesse dessa realização, basta lembrar a importância desse tipo de conceitos-síntese numa era caracterizada pelos *sound bites* da mídia e pela prevalência da velocidade e da agilidade intelectual a que nos obrigam tempos acelerados e um *attention span* cada vez menor da opinião pública, dos formadores de opinião e sobretudo dos responsáveis pelas decisões de Estado.